

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

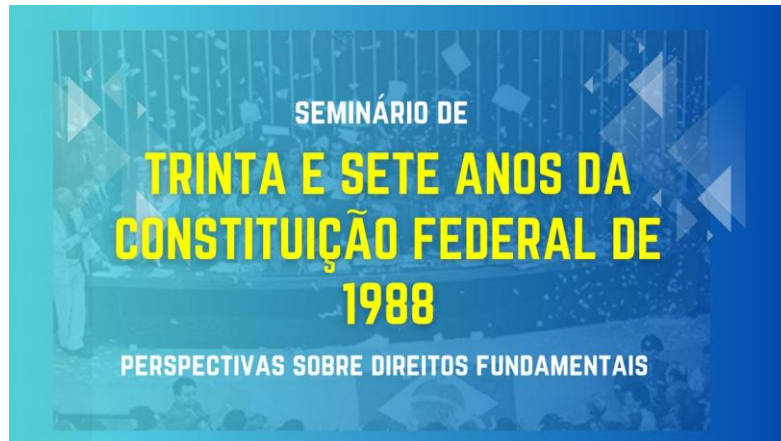


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

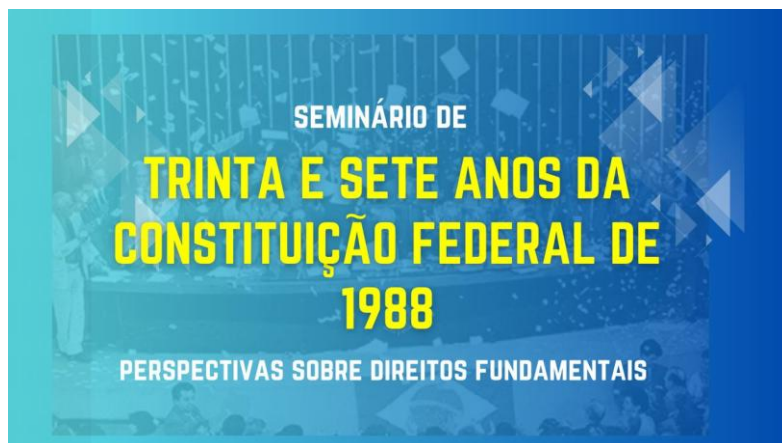
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NA AMAZÔNIA:
DESAFIOS À CONCRETIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEGURANÇA**

*ORGANIZED CRIME IN THE AMAZON REGION: THREATS TO FUNDAMENTAL
RIGHTS AND CONSTITUTIONAL SAFEGUARDS*

**Glória Rebouço Assem¹
Janáina Borges Marinho²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A atuação das organizações criminosas na Amazônia representa um grande desafio à efetivação dos direitos fundamentais e à segurança pública na região. Essas redes, articuladas com o tráfico de drogas, exploração ilegal de recursos naturais e contrabando, operam de forma paralela ao Estado, muitas vezes fortalecidas por uma gestão penitenciária precária, corrupção e ausência de políticas públicas eficazes (Feltran, 2018; Misse, 2006).

¹ - Mestranda em Segurança Pública Cidadania e Direitos Humanos – UEA – gloria.assem@trt11.jus.br: http://lattes.cnpq.br/7407474196665486_

² - Mestranda em Segurança Pública Cidadania e Direitos Humanos – UEA - janajbm@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/3095207089279641>.

³ - Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴ - Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ - Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Nesse contexto, para a sociedade amazônica, essa situação é preocupante pois a criminalidade organizada destrói o patrimônio natural, viola direitos humanos e reforça desigualdades sociais. Assim, compreender essas dinâmicas é fundamental para desenvolver políticas públicas que enfrentem de forma efetiva a criminalidade, protejam o meio ambiente e garantam direitos sociais. Este estudo busca contribuir com esse debate, propondo uma abordagem integrada que considere as raízes históricas, sociais e ambientais do fenômeno, essenciais para promover uma Amazônia mais segura, sustentável e justa para todos.

2. JUSTIFICATIVA

Este trabalho possui grande importância para as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia, ao focalizar a atuação das organizações criminosas na região, contribuindo para o fortalecimento do debate acadêmico sobre o fenômeno do crime organizado, dinâmicas e impactos sociais, bem como os desafios à concretização dos princípios constitucionais de direitos fundamentais e segurança. Além disso, preenche uma lacuna importante na compreensão das dinâmicas do crime organizado na Amazônia, uma região de complexidades ambientais, sociais e econômicas específicas.

Para a sociedade amazônica, a produção do estudo vem contribuir na produção de conhecimento regionalizado, contextualizado e interdisciplinar, que é essencial para a formação de profissionais e pesquisadores capazes de compreender as especificidades da região.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as estratégias, redes de influência e impactos das organizações criminosas na Amazônia, com foco nos desafios à efetivação dos direitos fundamentais e à segurança pública na região.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar as principais atividades ilícitas praticadas pelas organizações criminosas na Amazônia, incluindo tráfico de drogas, exploração ilegal de recursos naturais e contrabando.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

- Identificar as formas de articulação dessas organizações com o sistema penitenciário, comunidades tradicionais e o meio ambiente, destacando suas estratégias de fortalecimento e controle territorial.

- Avaliar as implicações dessas organizações na violação dos direitos humanos, na degradação ambiental e na fragilidade das políticas públicas de segurança na região amazônica.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

A crescente atuação das organizações criminosas na Amazônia representa um desafio central para a efetivação dos princípios constitucionais de direitos fundamentais e para a garantia da segurança pública na região. Essa situação tem agravado a vulnerabilidade social, ambiental e institucional, dificultando ações de controle e de proteção aos direitos das populações tradicionais, indígenas e às comunidades locais. Assim, o problema central que este estudo busca investigar é: de que modo a atuação dessas organizações criminosas na Amazônia desafia a concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 e compromete a segurança pública na região?

A hipótese que orienta essa pesquisa é que a atuação dessas organizações na Amazônia, apoiada por uma gestão estatal fragilizada, é uma das principais causas da persistente violação dos direitos fundamentais e do aumento da insegurança na região.

Essa dinâmica favorece a ocupação de territórios, a destruição do meio ambiente e a violação de direitos humanos, criando um ciclo de vulnerabilidade social e institucional que impede a plena realização dos princípios constitucionais.

4. METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa é de caráter descritivo, pois busca, sobretudo, detalhar as particularidades de uma população ou fenômeno específico. (Gil, 1999). Dessa forma, o estudo utilizou uma abordagem que incorpora o método qualitativo, visando oferecer uma análise do problema investigado. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Conforme ressalta Gil (1999), esse tipo de investigação fundamenta-se na análise de materiais previamente publicados, tais como livros, artigos acadêmicos e demais documentos pertinentes. O escopo da análise incluiu artigos científicos publicados em periódicos especializados, utilizando-se da estratégia de busca

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

bibliográfica através de diversas bases de dados acadêmicas (incluindo, mas não se limitando a Scielo, Google Scholar, Web of Science e periódicos especializados nas áreas atinentes à temática. O processo de seleção dos materiais analisados levou em consideração a relevância direta para o tema central da pesquisa, estabelecendo-se como recorte espacial a região Amazônica, a profundidade da análise teórica apresentada e a qualidade metodológica dos estudos identificados.

5. RESULTADOS

A análise das informações coletadas revelou que a atuação das organizações criminosas na Amazônia é multifacetada e profundamente enraizada na dinâmica social, econômica e ambiental da região. Essas redes, articuladas com o tráfico internacional de drogas, a exploração ilegal de recursos naturais e o contrabando, operam de forma paralela ao Estado, muitas vezes fortalecidas por uma gestão penitenciária precária e ausência de políticas públicas eficazes.

Essa situação compromete a efetividade dos princípios constitucionais de dignidade, liberdade, segurança e justiça, previstos na Constituição Federal de 1988, pois impede que o Estado exerça seu papel de proteção e garantia dos direitos humanos.

As organizações criminosas, ao controlarem territórios estratégicos e atividades ilícitas, reforçam uma lógica de poder paralela ao Estado, dificultando ações de policiamento, fiscalização e intervenção social. Elas também promovem violações de direitos humanos, como a exploração de populações indígenas e tradicionais, além de contribuir para o aumento da violência, do desmatamento e da degradação ambiental.

A atuação dessas organizações, além de desafiar a efetivação dos direitos constitucionais, também representa ataques diretos à segurança pública. A ocupação de territórios e o controle de atividades ilegais dificultam a presença do Estado, promovendo um ambiente de impunidade, violência e insegurança que se reflete na vida das populações locais. Essas ações ameaçam a integridade física, o direito à saúde, à moradia digna e ao meio ambiente equilibrado, além de dificultar o acesso à justiça e à proteção dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados desta pesquisa confirmam que a atuação das organizações

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

criminosas na Amazônia é um fenômeno complexo e dinâmico, profundamente ligado às vulnerabilidades sociais, ambientais e institucionais da região. As informações demonstram que a atuação dessas organizações criminosas, articulada com o tráfico de drogas e a exploração ilegal de recursos, contribui para a violação de direitos fundamentais, especialmente de populações indígenas e tradicionais. A hipótese de que a fragilidade do sistema penitenciário, aliada à ausência de políticas públicas eficazes, favorece a expansão dessas redes de poder, sendo validada pelos achados, que evidenciam a autonomia dessas organizações e impactos na destruição do meio ambiente.

A análise reforça a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar para o enfrentamento dessas organizações, que considere não apenas a repressão, mas também ações de proteção ambiental, inclusão social e fortalecimento institucional, com vistas a mitigar os desafios à concretização dos princípios constitucionais de direitos fundamentais e segurança nas áreas mais longínquas da região Amazônica, bem como minimizar a contínua degradação ambiental por essas redes criminosas.

Espera-se que a pesquisa contribua para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que combinem repressão qualificada, ações de inclusão social e proteção ambiental. Além disso, a produção de conhecimento regionalizado e contextualizado é fundamental para que as ações de segurança pública possam ser mais responsáveis e sustentáveis, promovendo uma Amazônia mais segura, justa e sustentável para todas as suas populações e para o planeta

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais, a organização do Estado, a separação dos Poderes, os direitos sociais e a defesa do Estado de Direito. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações criminosas; Amazônia; Direitos fundamentais; Segurança.

KEY WORDS: *Criminal organizations; Amazon; Fundamental rights; Security.*